

Colaboracionismo no Cone Sul: O monitoramento político de João Goulart no Uruguai

Collaborationism in the Southern Cone: João Goulart's political monitoring in Uruguay



SOARES, Giovana Mylena Silva*

 <https://orcid.org/0009-0004-4035-38011>

RESUMO: Este estudo analisa o exílio de João Goulart no Uruguai (1964-1973), com ênfase nas estratégias de repressão e vigilância conduzidas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pelo Centro de Informações do Exterior (CIEx), em colaboração com outros órgãos de vigilância do Cone Sul. A pesquisa se estrutura em três momentos-chave: os primeiros anos do exílio de Goulart - marcados pela consolidação das ações de espionagem e monitoramento -, a formação da Frente Ampla, quando o potencial de reorganização política de Goulart intensificou as ações de controle, e o período imediatamente anterior ao golpe de Estado no Uruguai, momento em que o monitoramento ao ex-presidente se tornou ainda mais rigoroso. Através do exame de documentos e relatórios produzidos pelos órgãos de inteligência e, por meio da metodologia da análise do discurso, busca-se compreender como as práticas repressivas e de vigilância revelam as dinâmicas de controle político exercidas pelo Cone Sul, durante a Guerra Fria, além de discutir o impacto dessas ações sobre o cotidiano e a atuação política de Goulart no exílio. Desse modo, contribui-se para o entendimento das redes transnacionais de repressão e do colaboracionismo das ditaduras do Cone Sul na contenção de opositores políticos.

ABSTRACT: This study analyzes the exile of João Goulart in Uruguay (1964-1973), with an emphasis on the strategies of repression and surveillance carried out by the National Information Service (SNI) and the Foreign Information Center (CIEx), in collaboration with other surveillance agencies in the Southern Cone. The research is structured around three key moments: the early years of Goulart's exile, marked by the consolidation of espionage and monitoring actions, the formation of the Broad Front, when Goulart's potential for political reorganization intensified control measures; and the period immediately preceding the coup d'état in Uruguay, when the surveillance of the former president became even more rigorous. Through the examination of documents and reports produced by intelligence agencies, and the application of discourse analysis methodology, the study seeks to understand how repressive and surveillance practices reveal the political control dynamics exercised by the Southern Cone during the Cold War. Additionally, it discusses the impact of these actions on Goulart's daily life and political activities in exile. In this way, the study contributes to the understanding of transnational repression networks and the collaboration among Southern Cone dictatorships in suppressing political opponents.

* Graduada em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro – RJ, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UERJ), Niterói – RJ. E-mail: giovanamylena@hotmail.com.



PALAVRAS-CHAVE: Cone Sul; Repressão transnacional; Vigilância política; João Goulart.

KEYWORDS: Southern Cone; Transnational Repression; Political Surveillance; João Goulart.

Recebido em: 11/03/2025

Aprovado em: 25/08/2025

Considerações Iniciais

As ditaduras militares do Cone Sul estabeleceram mecanismos de articulação repressiva antes mesmo da formalização da Operação Condor, em 1975. Como aponta Fernandes (2016), já se consolidava uma rede transnacional de cooperação, voltada à integração dos sistemas de inteligência e repressão entre esses países. A criação da Operação Condor, portanto, não inaugurou essas relações, mas oficializou e ampliou uma dinâmica que vinha se intensificando desde 1964, quando o golpe civil-militar no Brasil instaurou um modelo autoritário que rapidamente se tornou referência na região. Nesse contexto, o Estado brasileiro funcionou como espécie de “laboratório” da repressão, difundindo práticas de vigilância e controle alinhadas aos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional (Mendes, 2013, p. 8).

Dessa forma - tendo em vista que a perseguição política a opositores não se restringia aos territórios de seus países de origem, mas se estendia para além das fronteiras - este artigo analisa o exílio de João Goulart no Uruguai (1964-1973), com ênfase nas estratégias de repressão e vigilância conduzidas pelo *Serviço Nacional de Informações (SNI)* e pelo *Centro de Informações do Exterior (CIEX)*. Com isso, pretende-se demonstrar como a colaboração entre as ditaduras do Cone Sul transcendeu os limites territoriais e consolidou um sistema repressivo articulado. Para tanto, a pesquisa se estrutura em três momentos-chave: os primeiros anos do exílio de Goulart -, marcados pela consolidação das ações de espionagem e monitoramento -, formação da Frente Ampla - quando seu potencial de reorganização política intensificou as ações de controle -, e o período imediatamente anterior ao golpe de Estado no Uruguai, momento em que a vigilância ao ex-presidente se tornou ainda mais rigorosa.

A partir do exame de documentos e relatórios produzidos pelos órgãos de

inteligência e utilizando a metodologia da análise do discurso, busca-se compreender como essas práticas repressivas revelam as dinâmicas de controle político exercidas regionalmente durante a Guerra Fria, além de discutir o impacto dessas ações sobre o cotidiano e a atuação política de Goulart no exílio. Assim, a investigação contribui para o entendimento das redes transnacionais de repressão e da colaboração entre as ditaduras do Cone Sul na contenção de opositores políticos.

Estruturas de vigilância: os mecanismos de funcionamento do SNI e CIEX

Após o golpe civil-militar de 1964, o general Golbery do Couto e Silva propôs ao presidente Castelo Branco que apresentasse ao Congresso Nacional um projeto para criação de uma sólida instituição de informações, capaz de suprir a administração pública com a coleta e análise de informações acerca dos “alvos” a serem perseguidos pelo novo regime instituído (Fico, 2001; Marques, 2006; Fernandes, 2009; Setemy, 2013). Nesse sentido, a Doutrina de Segurança Nacional, que forneceu os fundamentos teóricos para justificar tanto a intervenção quanto a permanência dos militares na política após o golpe de 1964, enfatizava que o Brasil estaria sob a ameaça de uma guerra revolucionária de caráter ideológico e imperialista, apoiada e estimulada pelo comunismo internacional e, portanto, automaticamente associada à chamada infiltração comunista (ESG, 1976, p. 101).

Fernandes (2009) ressalta que a DSN qualificava toda a sociedade como potencial suspeita, e os indivíduos, como *inimigos internos*, os quais estariam a serviço da chamada *guerra revolucionária comunista* (Alves, 1984). Assim, investido dos paradigmas da Doutrina, em 11 de maio de 1964, Castelo Branco apresentou ao Congresso Nacional o projeto idealizador da “Catedral de Informações”¹. O *Serviço Nacional de Informações* foi aprovado em 13 de junho de 1964, através da Lei n. 4.341, e, para constituí-lo, Golbery lançou mão das experiências, dos funcionários e do arquivo do extinto *Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI)*. Entretanto, diferente do seu predecessor, o SNI ficaria sob a supervisão direta da Presidência da República, e não mais do *Conselho de Segurança Nacional* (Figueiredo, 2005).

¹ Adrianna Setemy (2013) utiliza o termo “Catedral das Informações” para descrever o *Serviço Nacional de Informações*, destacando-o como o principal órgão de inteligência durante o regime militar. Ao empregar essa metáfora, a historiadora ressalta a estrutura complexa e hierárquica do SNI, que funcionava como um repositório centralizado de dados que eram utilizados para monitorar e controlar atividades consideradas subversivas pela ditadura militar.

O fortalecimento do *Serviço Nacional de Informações* consolidou um aparato de vigilância sem precedentes no Brasil, inserindo-se em uma lógica repressiva que transcendia as fronteiras nacionais. Como núcleo central da chamada *comunidade de informações*, o órgão estruturou-se para monitorar tanto o cenário interno quanto o externo, reforçando a ideia de que a estabilidade do regime dependia do controle absoluto sobre opositores reais ou presumidos. Por tal razão, como já apontado por Agee (1976) e reforçado por Fernandes (2009), suas atribuições iam além da simples coleta de dados estratégicos, englobando a articulação com outros serviços de inteligência e ampliando a repressão em nível transnacional.

A atuação do SNI, conforme destacado por Carlos Fico (2001), estava diretamente ligada à formulação de políticas estatais voltadas para a neutralização de qualquer ameaça ao governo. Assim, o sistema de informações não apenas subsidiava as autoridades com relatórios sobre movimentos opositores, mas também justificava e legitimava o endurecimento das medidas repressivas, consolidando um Estado de vigilância permanente, sustentado por práticas de monitoramento que invadiam a esfera privada dos cidadãos.

Paulatinamente, as tarefas do SNI adquiriam contornos cada vez mais repressivos, constituindo-se enquanto uma instituição organizada, profissional, permanente e autônoma, ao mesmo tempo em que passou a estabelecer com a diplomacia uma relação de colaboração e competição, na qual ambas interagiam no sentido de reforçar uma à outra (Marques, 2006). Essa estrutura, que representava uma aplicação prática das premissas da *Doutrina de Segurança Nacional*, buscava assegurar a segurança externa por meio de uma rede de vigilância que transcendeu as fronteiras territoriais do Brasil. Deste modo, conforme argumenta Setemy (2013, p. 247), a criação do *Centro de Informações do Exterior (CIEX)*, em 1966, por meio de uma Portaria Secreta, permitiu que o *Itamaraty* desempenhasse um papel central na coleta de informações estratégicas fora das fronteiras nacionais, ampliando, assim, o controle da ditadura sobre opositores e exilados políticos.

Nesse contexto, Manuel Pio Corrêa despontou como uma figura-chave. Ele assumiu a embaixada brasileira em Montevideu, em setembro de 1964. Sob sua gestão, a embaixada tornou-se um verdadeiro núcleo de operações de vigilância, encarregada de monitorar os exilados brasileiros no Uruguai, entre eles João Goulart e Leonel Brizola. Conforme aponta Philip Agee (1976), Pio Corrêa manteve uma estreita colaboração com a *Central Intelligence Agency* (CIA), utilizando sua base em Montevideu para promover infiltrações e desarticular

as articulações políticas dos exilados. Ademais, Fernandes (2009, p. 119-120) aponta que Pio Corrêa coordenou esforços com as forças militares uruguaias, a polícia local e tropas do III Exército Brasileiro, reforçando, desse modo, a vigilância na fronteira sul do Brasil, região estratégica por sua proximidade com países que abrigavam opositores do regime.

Cabe mencionar que a instrumentalização do corpo diplomático brasileiro para fins de vigilância transnacional, contudo, não era inédita. Como aponta Rafael Nascimento Gomes (2021, p. 127), durante o Estado Novo Vargas, a embaixada em Montevideu já atuava como base de monitoramento político de opositores, revelando a continuidade da lógica repressiva nas relações diplomáticas com o Uruguai. Naquele período, a região fronteiriça se configurava como espaço de ambiguidade e tensão, entre boatos de levantes revolucionários e demonstrações patrióticas, como a festa cívica alusiva ao centenário republicano (Rangel, 2007, p. 4). Diante desse cenário, as autoridades dos dois países passaram a coordenar ações conjuntas voltadas à integração internacional e ao controle das áreas limítrofes, articulando diplomacia e segurança regional.

Portanto, a criação do SNI e do CIEX representou a consolidação do aparato de repressão política do regime militar, articulando distintos órgãos de inteligência e diplomacia em consonância com as premissas da Doutrina de Segurança Nacional. Essas entidades não apenas coordenaram a coleta e análise de informações estratégicas, mas também expandiram o alcance das operações de vigilância para além das fronteiras brasileiras. No caso particular de João Goulart, exilado no Uruguai, a supervisão realizada pelo CIEX, com a colaboração e difusão do SNI, exemplifica como o regime articulou uma rede integrada de espionagem e repressão para cercear opositores políticos e neutralizar potenciais ameaças à estabilidade do regime autoritário. Assim, a atuação conjunta dessas instituições ressalta o caráter transnacional das práticas repressivas da ditadura militar, que mobilizou canais diplomáticos e informacionais para perseguir e silenciar dissidentes, assegurando a continuidade do poder instaurado em 1964 (Antunes, 2002; Cassol, 2008; Bauer, 2009).

O monitoramento do presidente deposto ilustra, de maneira paradigmática, a amplitude dessas estratégias repressivas. Rotulado como figura de potencial subversivo, o ex-presidente João Goulart passou a ser alvo de vigilância constante e meticulosa, à luz da interpretação de Ferreira (2011), que ressalta o temor contínuo de que ele retomasse o protagonismo político. De forma semelhante, ainda que já houvesse se passado uma década desde seu exílio, Goulart permanecia sob rigorosa observação, e a possibilidade de seu

retorno ao Brasil era tratada como um fator de instabilidade política a ser contido, o que reforça a persistência da ditadura militar em neutralizar qualquer iniciativa de reorganização das oposições internas (Dahás, 2021, p. 242). Além disso, o monitoramento extrapolava a mera vigilância de suas rotinas: abrangia também o exame minucioso de correspondências, a interceptação de comunicações e o rastreamento de documentos pessoais, o que revela a abrangência e a intencionalidade do aparato repressivo em silenciar figuras consideradas ameaçadoras.

A articulação entre múltiplos órgãos e a integração de estratégias de controle transnacional, por conseguinte, demonstram como o regime consolidou um mecanismo repressivo capaz de perpetuar sua estrutura de poder e aniquilar qualquer tentativa de reorganização política por parte de seus opositores. Assim, analisar o caso específico de Goulart permite perceber as distintas ações elaboradas pelos serviços de inteligência, bem como o colaboracionismo repressivo existentes entre Brasil e Uruguai, com a finalidade de exercer controle e espionagem transnacionais aos considerados inimigos que ultrapassaram a fronteira (Marques, 2006; Aldrighi, 2012). A seguir, investigar-se-ão aspectos relacionados a essa vigilância, através da análise dos discursos contidos nas documentações do SNI e do CIE.

Os momentos iniciais do exílio (1964–1965)

O golpe civil-militar de 1964 marcou uma nova era política no Brasil, caracterizada pela instauração de um regime autoritário que consolidou práticas repressivas em larga escala. João Goulart, deposto pela ação militar, buscou refúgio no Uruguai (Rollemberg, 1999), decisão influenciada pela proximidade geográfica, pelos laços históricos e culturais com o Rio Grande do Sul, e pela tradição democrática do país vizinho, tal como aponta Fernandes:

O Uruguai, e destacadamente a capital, Montevideu, e a cidade fronteiriça de Rivera, passou a ser a “capital do exílio”. Mesmo que outros países tenham recebido brasileiros exilados da primeira geração, tais como o México, Chile, Argélia, Bolívia, França, foi a proximidade territorial do país vizinho e a sua cultura democrática e tradição de solidariedade aos refugiados que levou à escolha do Uruguai como local de acolhida para o exílio político. Percebe-se essa opção quando se confrontam os números estimados: entre 500 e mil brasileiros teriam sido recebidos pelo governo uruguaio na condição de exilados (Fernandes, 2020, p. 138).

Contudo, o exílio não significou o afastamento das pressões políticas. Conforme abordado por Nashla Dahás (2021), desde os primeiros momentos fora do Brasil, Goulart tornou-se alvo do aparato de vigilância coordenado, inicialmente, pelo *Serviço Nacional de Informações*. O SNI no monitoramento das atividades dos exilados políticos brasileiros era motivo de significativa preocupação para a ditadura militar. Diversos métodos de espionagem eram empregados para obter as informações consideradas indispensáveis pelo aparato repressivo, incluindo a interceptação de correspondências, apreensão de materiais pessoais e de organizações, vigilância nas fronteiras e infiltração de agentes na comunidade de exilados (Fernandes, 2020, p. 132). Contudo, é essencial destacar que o êxito do SNI em vigiar os exilados dependia, em grande medida, da cooperação das forças repressivas do país que os abrigava - mesmo que, oficialmente, esses governos adotassem uma postura de acolhimento.

As forças policiais e militares dessas nações frequentemente apoiaram e colaboraram com a vigilância, compartilhando da lógica da Doutrina de Segurança Nacional (Mendes, 2013), que classificava os exilados como potenciais “subversivos”. A atuação do órgão, que contava com suporte de outras instituições e com colaborações internacionais, consolidou-se como parte essencial do sistema de vigilância ditatorial. A esse respeito, Samantha Quadrat (2005) identifica quatro áreas específicas de atuação dos órgãos de inteligência associados à diplomacia no monitoramento das atividades de brasileiros que se encontravam no exterior:

O primeiro diz respeito a um possível retorno dos exilados. O segundo refere-se às campanhas de denúncia das violações dos direitos humanos e pela anistia, com as consequentes reuniões dos exilados para discutirem os rumos do movimento. O terceiro relaciona-se à atuação dos brasileiros exilados no exterior. E o quarto e último ponto está ligado ao monitoramento das viagens de brasileiros ao exterior (Quadrat, 2005, p. 320).

Devido ao seu histórico político, o ex-presidente foi alvo de constante monitoramento e relatórios detalhados (Ferreira, 2011; Dahás, 2021). O informe nº 22/QGk, cujo título é: *Atividades suspeitas de políticos no Exterior*, foi elaborado pelo *Serviço Nacional de Informações* (SNI), em 1º de julho de 1964. Ele expõe com clareza as preocupações do regime militar brasileiro com as articulações políticas de líderes exilados no exterior, como João Goulart e Leonel Brizola. Com o grau de confiabilidade intitulado “B-2”,

o documento sugere que Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e Jango planejavam criar um “governo no exílio” no México, com vistas a lançar um candidato único para as eleições presidenciais brasileiras de 1965, utilizando-se das vias democráticas para tentar retomar ao poder.

Tal percepção revela não apenas a atenção meticulosa do regime às atividades de Goulart no exterior, mas também seu temor quanto à capacidade desses líderes de explorar o crescente descontentamento popular com as políticas executadas no governo Castelo Branco, tendo em vista que o aumento do custo de vida e as reformas eleitorais foram identificados como potenciais catalisadores de insatisfação pública, tornando-se foco das análises do SNI:

Estes planos estão sendo traçados, tendo em vista os fatores psicológicos negativos, em relação à Revolução, que certas medidas e projetos do atual Governo têm produzido, tais como o aumento do custo de vida, a reforma eleitoral com a extensão do voto ao analfabeto e a elegibilidade de militares etc. Pela falta de divulgação e quase nenhuma promoção dessas medidas, com os respectivos e necessários esclarecimentos à opinião pública, está sendo feita uma exploração, pelos adversários da Revolução, que pregam estar o atual Governo seguindo toda linha de reformas e no mesmo estilo do governo derrubado (Dfan, Vaz, 18682).

A inclusão do Informe confidencial de 23 de abril de 1965, também produzido pelo SNI, amplia a compreensão da estratégia de vigilância no contexto ditatorial. Classificado como “C-3”, apresenta o relato de um suposto avistamento de João Goulart em São Paulo, apesar de não haver confirmação visual. A menção à descrição do indivíduo, com características semelhantes às de Goulart, reflete a hipervigilância estatal em monitorar qualquer movimento que pudesse sugerir um retorno ou articulação política do ex-presidente:

Sem confirmação, foi visto hoje às 7:00 horas da manhã saindo do edifício onde mora Filadelfo Machado, ex-secretário do Sr. João Goulart, na rua Basílio da Gama, um indivíduo usando capote de gola alta, chapéu de abas abaixadas, cabeça baixa, que puxava de uma das pernas, tendo todos os traços do Jango Goulart. O referido indivíduo entrou em um carro preto marca Mercedes, que rapidamente saiu dos fundos da rua Basílio da Gama, onde estava estacionado, e partiu imediatamente ao apanhar seu passageiro, não sendo possível anotar o número de sua chapa. O informante acredita tratar-se do Jango Goulart e deverá fornecer mais dados, caso consiga mais detalhes (Dfan, Vaz, 14497).

A utilização de informantes para coletar dados, mesmo quando não conclusivos, destaca o funcionamento de uma ampla rede de espionagem, tal como já foi indicado por Teresa Marques (2006), Adrianna Setemy (2013) e Ananda Fernandes (2020). Essa vigilância meticulosa demonstra o modo como o regime investia em estratégias de controle para neutralizar possíveis ameaças à sua estabilidade (Figueiredo, 2005, p.77). A análise dos discursos contidos em ambas as fontes históricas revela diferentes nuances do aparato repressivo do regime militar.

O primeiro informe destaca o monitoramento de articulações políticas internacionais e o temor de que essas ações impactassem a conjuntura interna brasileira. Já o segundo, aponta como o controle sobre Goulart e outros exilados extrapolava fronteiras, atingindo também o território nacional. Vale ressaltar que, mesmo em casos de informações incertas, como a possível estada ilegal, em São Paulo, o regime utilizava os relatórios de inteligência como ferramentas para consolidar sua narrativa de ameaça constante. Esse processo reforça o caráter sistemático e institucionalizado da vigilância estatal.

Além disso, os documentos analisados refletem o papel do SNI não apenas como órgão de coleta de informações, mas também como um agente de construção discursiva. Ao produzir relatórios que destacavam riscos iminentes, mesmo sem comprovação concreta, o serviço de inteligência consolidava a percepção de que figuras como o ex-presidente representavam uma ameaça permanente à estabilidade política brasileira. Tal estratégia, como alerta José D'Assumpção Barros (2010), exige cautela na análise histórica, pois a sacralização desses documentos como verdades absolutas pode obscurecer suas intenções e contextos de produção. Logo, é crucial interpretá-los como vestígios de um processo mais amplo de repressão e controle político, buscando as dissimulações e falseamentos presentes em cada fonte histórica.

Outrossim, a vigilância sobre Goulart também reflete a preocupação do regime com sua legitimidade interna e externa. O primeiro informe esclarece como o regime percebia os exilados como agentes capazes de mobilizar a opinião pública contra o governo militar, explorando fragilidades econômicas e sociais. Já o segundo ilustra o medo de que Goulart, mesmo exilado, mantivesse conexões estratégicas dentro do território nacional, articulando alianças que pudessem desafiar o status quo.

A referência a outros políticos, como Ademar de Barros, sugere que o regime temia a formação de blocos de oposição capazes de catalisar uma resistência mais ampla. Deste

modo, ao integrar a análise dos documentos produzidos pelo *SNI* ao longo de 1964 e 1965, evidencia-se que desde os momentos iniciais do exílio, havia preocupação do regime militar com a figura de Goulart e suas possíveis articulações políticas de resistência. Esses relatos ilustram o esforço contínuo para conter a oposição política, mesmo fora das fronteiras nacionais.

Monitoramento de Goulart durante a criação da Frente Ampla

A Frente Ampla (1966-1968) - articulada por Carlos Lacerda e por Renato Archer, deputado do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), surgiu em um cenário de recrudescimento do regime militar brasileiro, estabelecendo-se como um esforço coletivo para unificar lideranças opositoras e restaurar a democracia no país (Cardoso, 2014, p. 73). Diante de medidas autoritárias crescentes ocorridas no Governo Costa e Silva, figuras como Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart uniram forças em um movimento que, embora defendesse a democracia e eleições livres (Alves, 1984), congregava interesses políticos distintos e refletia as complexidades ideológicas de seus integrantes. Nesse sentido, tal movimento não apenas simbolizou um espaço de resistência, mas também evidenciou a pluralidade de alternativas políticas que buscavam se contrapor ao autoritarismo vigente:

[...] Enquanto Lacerda falava em “democratizar” o país, Jango e JK referiam-se à palavra “redemocratizar”, ou seja, retornar aos quadros da Constituição de 1946. As pequenas divergências mostravam o grau da distância entre as principais lideranças. Mas para Lacerda, sem a participação dos trabalhistas, a Frente não teria futuro (Ferreira, 2011, p. 608).

A estruturação do movimento foi marcada por ações emblemáticas, como o *Manifesto da Frente Ampla*, elaborado por Carlos Lacerda com o apoio de Juscelino Kubitschek, e pela *Declaração de Lisboa*, formalizada em 19 de novembro de 1966. Posteriormente, o *Pacto de Montevideu*, de 25 de setembro de 1967, selou a entrada pública de João Goulart no movimento, ampliando a sua representatividade. Como observa Márcio de Paiva Delgado (2013, p. 11), esses documentos propunham “a superação das diferenças políticas e ideológicas em nome da união nacional pela volta da democracia e um projeto de desenvolvimento econômico nacionalista.”. Dessa forma, consolidou-se uma iniciativa única

no período, seja por sua abrangência política, seja por sua capacidade de representar memórias e esperanças democráticas em meio à repressão (Ferreira, 2011).

Salienta-se que a Frente Ampla representou uma articulação inédita em meio ao regime militar, congregando lideranças de trajetórias políticas díspares. Em setembro de 1967, João Goulart, exilado desde 1964 no Uruguai, recebeu Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek em sua residência para consolidar um pacto político em prol da redemocratização. Como aponta Dahás (2010, p. 115), o movimento transcendeu a união de correntes ideológicas antagônicas, assumindo o papel de guardião de experiências democráticas suprimidas pela ditadura. Nesse contexto, cada líder envolvido trouxe contribuições singulares, que reforçaram o caráter plural do movimento. Todavia, para Jorge Ferreira (2011), o movimento não alcançara grande repercussão na sociedade e nem conseguira alcançar as bases, embora tenha causado incômodo nos militares brasileiros:

A Frente Ampla era muito perigosa para o regime. Afinal, em grande medida, a vitória golpista que derrubou Goulart ocorrera por uma articulação que resultara em uma unidade de líderes civis e militares. A unidade, agora, estava sendo rompida e rearticulada, mas contra a ditadura. A aliança de Lacerda com Jango e JK era considerada fatal para o regime (Ferreira, 2011, p. 617).

Entre os líderes, JK desempenhou um papel fundamental, simbolizando a tradição conciliadora do PSD e buscando atrair setores moderados para o movimento. Sua trajetória política, marcada por negociações e pragmatismo, fez dele uma figura estratégica para a Frente Ampla, especialmente na tarefa de ampliar o alcance social e político da oposição ao regime (Delgado, 2013). Por outro lado, Lacerda, articulador e porta-voz do movimento, destacou-se por sua capacidade de reorganizar forças políticas, mesmo tendo sido um dos maiores opositores de Goulart no passado. Conforme Chagas (2001), sua participação na Frente Ampla não apenas evidenciava sua ambição política, mas também demonstrava sua habilidade em mobilizar forças contra o autoritarismo militar.

A adesão de Jango foi, sem dúvida, a mais significativa em termos de impacto político e social. Como destaca Celia Maria Leite Costa (2006, p. 186), o ex-presidente deposto em 1964 carregava consigo uma base ideológica consolidada no trabalhismo e o apoio popular, o que o tornava essencial para o movimento, mas também exigia que ele equilibrasse suas esperanças de retorno ao Brasil com a manutenção de sua base política. A presença de Goulart no movimento conferia-lhe legitimidade e ampliava seu apelo popular, ainda que

representasse um desafio para a articulação entre lideranças tão diversas. Elio Gaspari (2002) ressalta que o movimento foi atropelado pelo processo crescente de radicalização da direita militar e das esquerdas que se armavam.

O governo ditatorial respondeu ao avanço do movimento com severidade, quando o Ministro da Justiça, Gama e Filho, decretou o seu encerramento formal pela Portaria 177, em 5 de abril de 1968 (Ferreira, 2011). Essa medida não apenas vetava as atividades da Frente Ampla, mas também impunha sanções rigorosas aos que desrespeitassem a proibição. Em dezembro do mesmo ano, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a ditadura se torna, no dizer de Gaspari (2002, p. 266) “escancarada”, ou seja, a repressão atingiu seu ápice, resultando na prisão de lideranças como Carlos Lacerda e Renato Archer, além da cassação de seus direitos políticos (Costa, 2006, p. 190). Assim, terminava a Frente Ampla, após reunir cerca de 15 mil pessoas em atos públicos contra o governo (Cardoso, 2014, p. 83).

Jorge Ferreira (2011) aponta que após o movimento ser posto na ilegalidade, Jango afastou-se de toda atividade política, dedicando-se aos negócios em suas fazendas. No entanto, como aponta Nashla Dahás (2021), a participação do presidente deposto nessa mobilização custou caro para Goulart, tendo em vista que passaram a monitorá-lo constantemente. A esse respeito, logo após a finalização da Frente Ampla, no mês de abril de 1968, o Centro de Informações do Exterior produziu dois informes retratando as implicações da união política entre Lacerda, JK e Jango, além das condições de saúde do ex-presidente.

O documento intitulado *Elaboração de documento sobre a Frente Ampla*, produzido pelo CIEEx em 5 de abril de 1968, revela aspectos centrais da dinâmica política brasileira sob o contexto ditatorial. Nele, destaca-se a vigilância sistemática sobre lideranças exiladas, como João Goulart, bem como o monitoramento das articulações em torno da Frente Ampla, movimento que buscava congregar figuras de diferentes matizes ideológicas, como Goulart e Carlos Lacerda, em defesa da restauração democrática. Ao relatar que Jango estaria redigindo um manifesto conclamando as Forças Armadas à rebelião contra o regime, a documentação evidencia a percepção de que a oposição no exílio se mantinha ativa, articulada e potencialmente desestabilizadora.

À luz da interpretação de Setemy (2013), os órgãos de informação atuavam não apenas como instrumentos de vigilância, mas como dispositivos estratégicos de antecipação

e neutralização de ameaças. Nesse sentido, a produção e difusão de relatórios como o do CIEx expressam a intencionalidade do aparato repressivo em reafirmar seu compromisso com a contenção preventiva de qualquer iniciativa considerada subversiva à ordem vigente.

O informe também destaca a atuação de José Talarico como interlocutor de Goulart, apontando a relevância das redes de solidariedade política constituídas no exílio, conforme analisado por Denise Rollemberg (1999), ao tratar da importância dos vínculos pessoais e políticos que sustentaram a resistência fora do país. Além disso, a atuação repressiva do regime atravessava fronteiras, como demonstram os estudos de Padrós (2004) e Fernandes (2016), ao evidenciarem a construção de redes transnacionais destinadas ao monitoramento e à repressão de opositores em países vizinhos. Tal dinâmica extrapolava a lógica da vigilância territorial, refletindo o esforço coordenado do aparato repressivo em acompanhar e conter os deslocamentos políticos de seus adversários no exterior.

A menção ao envolvimento do jornalista Edmundo Muniz, por sua vez, evidencia a preocupação do regime com a atuação da imprensa no processo de resistência. Nesse sentido, os trabalhos de Caroline Bauer (2009) e Fernandes (2009; 2016) são fundamentais para compreender como intelectuais e comunicadores, ao se engajarem com lideranças exiladas, passaram a ser vistos como agentes potencialmente subversivos, sujeitos à vigilância constante. A produção e circulação de documentos como o do CIEx revela, portanto, uma intencionalidade que ultrapassava a coleta de dados, voltando-se para o desmonte preventivo de articulações políticas que pudessem fragilizar a estabilidade autoritária.

A forma como a Frente Ampla é representada nesse material explicita a percepção do governo militar de que a articulação entre exilados poderia resultar em uma frente efetiva de oposição. Jorge Ferreira (2011), ao investigar a trajetória do movimento, destaca que ele não era compreendido como uma aliança pontual, mas como um projeto político com capacidade real de mobilização. A tentativa atribuída a Goulart de envolver setores das Forças Armadas indicava, do ponto de vista oficial, o risco de união entre civis e militares em prol da restauração democrática. A Frente Ampla, assim, convertia-se em símbolo de resistência, revelando as fissuras do regime e seu receio diante da perda do monopólio da legitimidade política. A vigilância, nesse sentido, aparece como pilar do controle político, voltado à desmobilização de qualquer iniciativa que desafiasse os limites impostos pela ditadura.

Adicionalmente, o informe *Situação de João Goulart e demais asilados no Uruguai* (DFAN, VAZ, 09779), produzido pelo *Centro de Informações do Exterior* em 29 de abril de 1968, é fundamental para compreender as estratégias de monitoramento e manipulação narrativa do regime militar brasileiro. Classificado como confidencial, o documento reflete a intencionalidade de um órgão de espionagem que não apenas coletava informações sobre adversários políticos, mas também construía um discurso deliberadamente voltado para desmoralizar e enfraquecer os exilados, em especial João Goulart.

Um dos pontos centrais do informe é a descrição do cenário socioeconômico da República Oriental do Uruguai, que apresentava sinais de deterioração progressiva. Sobre essa conjuntura, Enrique Serra Padrós (2005) e Ananda Simões Fernandes (2009) destacam que o país atravessava uma grave crise econômica, marcada por inflação crescente, estagnação produtiva e aumento do desemprego, fatores que acentuavam a instabilidade social e política. Tal contexto é mobilizado estrategicamente para sugerir que as condições adversas contribuíam para o isolamento político dos exilados. A partir dessa perspectiva, a narrativa busca enquadrar Goulart como uma figura fragilizada, não apenas pelas dificuldades externas, mas também por preocupações financeiras e familiares que o tornavam introspectivo e abatido.

Verifica-se, ainda, que o informe ultrapassa a descrição da condição pessoal de Goulart ao explorar as tensões internas no campo oposicionista no exílio, com ênfase no conflito com Leonel Brizola. Ao apontar o agravamento das relações entre ambos, o documento apresenta as divergências pessoais como reflexo da desarticulação e fragmentação política entre os exilados. A acusação de que Brizola teria recorrido a ataques considerados moralmente reprováveis reforça a construção de uma imagem de desunião, instabilidade e desgaste entre as lideranças opositoras. Tal representação operava no sentido de desmoralizar a resistência no exterior e enfraquecer sua legitimidade diante de possíveis apoios internacionais.

O informe também menciona a tentativa de Goulart de se desvincular politicamente de Carlos Lacerda, interpretando esse movimento como uma estratégia de reposicionamento destinada à reconstrução de sua imagem junto a antigos aliados e simpatizantes. No entanto, a análise do *CIE* interpreta tal gesto como indicativo de isolamento crescente e incapacidade de manter alianças duradouras, o que reforçava sua fragilidade como liderança exilada. Paralelamente, o documento estabelece um vínculo

entre os impasses da Frente Ampla e o fracasso das ações guerrilheiras lideradas por Che Guevara na Bolívia, associando Brizola à ausência de apoio efetivo a iniciativas de resistência armada. Com isso, ao retratar os exilados como desconectados das dinâmicas concretas da luta política, o informe contribui para consolidar a imagem de uma oposição desarticulada e inoperante.

Em suma, os informes analisados demonstram como o aparato de inteligência da ditadura militar brasileira acompanhava de perto João Goulart e os desdobramentos da Frente Ampla, ao mesmo tempo em que atuava ativamente na elaboração de discursos destinados a deslegitimar a oposição. O relatório analisado acima também identifica que a vigilância não se restringia à coleta de informações, mas funcionava como mecanismo de produção narrativa, associando os exilados a imagens de subversão, desorganização, fraqueza e isolamento. Por esses motivos, ao explorar aspectos íntimos, tensões políticas e o agravamento da conjuntura uruguaia, a ditadura buscava naturalizar a suposta inviabilidade da resistência, enquadrando Goulart como uma figura abatida e inofensiva (Ferreira, 2011; Dahás, 2021).

À luz das formulações de Michel Foucault (1999, p. 159), essa lógica pode ser compreendida como mecanismos de produção de verdade, nos quais os registros oficiais almejam informar uma versão conveniente da realidade, legitimando o controle político e a repressão. Nesse contexto, os documentos produzidos pelas agências de espionagem deixam de ser registros neutros e assumem papel central como tecnologias de poder-saber. Para Foucault, tais dispositivos classificam e fixam sujeitos em posições discursivas que os definem como ameaça à ordem. Desse modo, ao relatar dissensões, alianças indesejadas ou comportamentos desviantes, os registros não se apresentam enquanto meramente descritivos, construindo relatos especulativos, de acordo com a ideologia política e os interesses da ditadura militar brasileira. Nesse processo, a escrita disciplinar articula observação, categorização e normatização, produzindo um saber que sustenta práticas de intervenção e punição. Assim, os arquivos do SNI e do CIEEx operam como engrenagens do governo das condutas, voltadas à construção de um inimigo a ser combatido e à manutenção de uma ordem política fundada no silenciamento e na neutralização das resistências.

O autoritarismo no Uruguai e o aumento da repressão a João Goulart

A chegada de Jorge Pacheco Areco à presidência do Uruguai, em dezembro de 1967, marcou o início de um processo de recrudescimento autoritário que tem sido amplamente analisado por historiadores e cientistas políticos. Gerardo Caetano e José Rilla (2004) identificam nesse período o início de uma transição para formas de exceção, enquanto Cassol (2008) observa o endurecimento da política interna e a crescente centralização do poder. Na mesma linha, Martínez (2013) destaca como as instituições começaram a ser gradualmente corroídas, ainda que o regime mantivesse uma aparência democrática.

Pacheco adotou medidas de exceção, aprofundou a repressão política e utilizou a violência estatal como ferramenta para conter a oposição e a insatisfação popular, como ressaltam Fernandes (2009; 2020). Gonzalo Varela, por sua vez, aponta que, embora o país permanecesse sob um sistema formalmente democrático, práticas como a tortura, a censura e a repressão a trabalhadores e estudantes já estavam presentes desde então, antecipando os traços que viriam a caracterizar o futuro terrorismo de Estado (Varela, 1988, p. 162).

Esse processo culminou no golpe de Estado de 27 de junho de 1973, que instaurou formalmente uma ditadura e consolidou o aparato repressivo. Por essa razão, o ciclo iniciado com Pacheco Areco e continuado sob a presidência de Juan María Bordaberry tem sido qualificado por Varela (1988), Fernandes (2009; 2016) e outros autores como o “golpe de Estado mais longo”, o “golpe em câmera lenta”, o “governo semi-ditatorial” ou, ainda, a “ditadura constitucional”. Para Fernandes, o radicalismo político uruguaio intensificou-se com Areco no poder:

Mas foi durante a conturbada administração de Pacheco Areco que estes passaram a executar ações mais frequentes e de forma mais extremista. Dois grupos surgiram nesse contexto: o Comando Caza Tupamaros (CCT) e a Juventud Uruguaya de Pie (JUP). O primeiro tinha um caráter parapolicial, com a finalidade explícita de perseguir e executar guerrilheiros tupamaros. A JUP era formada por estudantes universitários de direita, que patrocinavam, principalmente, balbúrdias durante as manifestações pacíficas dos estudantes, a fim de que a polícia tivesse justificativa para agir e empregar o uso da violência. O Esquadrão da Morte uruguaio, ajudado pelos integrantes do Esquadrão da Morte brasileiro na montagem e qualificação da sua atuação, era formado, na sua maioria, por policiais, que agiam clandestinamente, realizando perseguições políticas. O governo autoritário era conivente com esses grupos clandestinos, já que “fueron instrumentos usados para comandar y controlar a las poblaciones civiles a través del uso del terror y parte de las estrategias de guerra no convencionales y una doctrina de seguridad nacional apoyada por las elites nacionales así como por Washington” (Fernandes, 2009, p. 168).

Diferentemente de outras ditaduras do Cone Sul, o golpe uruguaio teve a peculiaridade de ser liderado por Juan María Bordaberry, então presidente democraticamente eleito, que chamou os militares para compor seu governo (Cassol, 2008). Partindo dessa conjuntura, nota-se que o golpe de 1973 não foi um evento isolado, mas o desfecho de um longo processo de erosão democrática. A esse respeito, Teresa Marques (2006) destaca que a consolidação desse regime autoritário foi facilitada pela experiência repressiva acumulada nos anos anteriores e pela colaboração da ditadura brasileira e dos Estados Unidos, que forneceram apoio logístico e treinamento na luta contra os chamados “subversivos”. Logo, Caetano e Rilla (2004) defendem que a transição para a ditadura foi marcada pela continuidade das medidas autoritárias e pelo aprofundamento das práticas de controle estatal.

Enrique Padrós (2005) aborda que a ascensão de movimentos de oposição, como a *Frente Amplia Uruguaya*, representava um desafio significativo para o governo de Pacheco Areco. Surgida oficialmente em fevereiro de 1971, essa coalizão de esquerda e setores progressistas ameaçou o tradicional bipartidarismo uruguaio. Embora operasse dentro da lógica democrática, tal organização política foi vista como uma ameaça tanto pelo governo uruguaio quanto pela ditadura brasileira. O temor de uma possível vitória eleitoral da esquerda levou o Brasil a planejar a *Operação Trinta Horas*, um dispositivo militar preparado para invadir Montevidéu caso houvesse necessidade de intervir (Padrós, 2005, p. 130). Todavia, a derrota da Frente Ampla nas eleições de 1971 evitou a ativação desse plano, sendo intensificada a repressão durante o governo de Bordaberry.

O processo de “fechamento” da democracia no Uruguai, segundo Martínez (2013), esteve profundamente articulado à política de controle regional promovida pelas ditaduras do Cone Sul. Com o apoio do governo brasileiro, as autoridades uruguaias passaram a negar pedidos de asilo a brasileiros perseguidos e, em alguns casos, chegaram a entregá-los diretamente às forças repressivas. Essa colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai se intensificou e adquiriu contornos sistemáticos na segunda metade da década de 1970, com a consolidação da Operação Condor, articulação transnacional que formalizou o intercâmbio de informações e a padronização de práticas de repressão entre os regimes autoritários da região. Padrós (2005) interpreta esse processo como expressão de uma lógica de segurança nacional que, desde o final da década de 1960, já orientava o aparato repressivo uruguaio. Na mesma direção, Martínez (2013) ressalta o protagonismo das Forças Armadas uruguaias

na articulação regional, enquanto Bauer (2009) e Mariano (2003) destacam como a cooperação entre os serviços de inteligência consolidou mecanismos eficazes de perseguição política, desaparecimentos forçados e controle transfronteiriço de opositores.

A vigilância transnacional, nesse sentido, revelou-se central e crescente no controle dos exilados políticos, especialmente de figuras como João Goulart. Neste processo, o informe confidencial do SNI, intitulado *Estadia de Jango Goulart no Paraguai* (DFAN, V8, 71027012) foi produzido em dezembro de 1970 e chegou ao Brasil em janeiro de 1971. A documentação retrata a viagem do ex-presidente ao Paraguai, destacando seus encontros com membros da diplomacia e empresários ligados ao setor de pecuária. O documento revela a preocupação dos órgãos de espionagem com as articulações políticas e econômicas de Goulart, vistas como ameaça à estabilidade dos regimes do Cone Sul, sobretudo diante da radicalização política no Uruguai, onde o ex-presidente esteve exilado por nove anos.

Um aspecto que chama atenção nesse informe é o fato da concessão de passaporte a João Goulart pelo ditador paraguaio Alfredo Stroessner. Conforme Jorge Ferreira (2011, p. 626), o documento solicitava às autoridades estrangeiras que autorizassem sua circulação entre os países do Cone Sul e Europa sem restrições. Ressalta-se que, ainda que o Paraguai estivesse sob ditadura desde 1954, o gesto pode ser interpretado como uma estratégia política, diante das crescentes barreiras à mobilidade de Jango em outros países. O episódio ilustra, assim, os limites da solidariedade entre ditaduras e os mecanismos de controle impostos aos exilados.

Como já mencionado, o autoritarismo estabeleceu, paulatinamente, as bases para a futura ditadura, ao institucionalizar práticas repressivas como políticas de Estado. Esse processo, marcado pela aproximação com a diplomacia brasileira e pela intensificação do controle social, gerou um ambiente de medo que facilitou a transição para o regime ditatorial em 1973. Para Ferreira (2011), o cerco começou a se fechar quando as fronteiras entre o Brasil e o Uruguai, que antes serviam como rotas de fuga para exilados, passaram a ser áreas de repressão coordenada, contribuindo para a sistematização da vigilância e do controle político na região. Por essa razão, o historiador aponta que esse ano foi um marco para Jango e a sua família no exílio.

A colaboração entre os regimes brasileiro e uruguaio durante esse período exemplifica como o autoritarismo transcendeu fronteiras nacionais, configurando-se não apenas como uma política regional de controle. Dessa forma, a experiência acumulada no

governo Areco consolidou a repressão interna, além de preparar o terreno para o terrorismo de Estado que seria plenamente implementado durante a ditadura. Nesse contexto, João Goulart ilustra o impacto dessa repressão transnacional, pois sua vigilância foi um exemplo do alcance e da eficácia das políticas autoritárias colaboracionistas efetivadas pelo Brasil, Uruguai e Estados Unidos (Aldrighi, 2012).

Com a formalização da ditadura uruguaia em 1973, o cerco repressivo em torno de João Goulart se intensificou de forma decisiva. Conforme abordado por Jorge Ferreira (2011), os serviços de inteligência passaram a interceptar correspondências, infiltrar-se em propriedades e monitorar seus vínculos políticos, consolidando uma vigilância sistemática. Embora não haja necessidade de detalhar todos os episódios, situações como a prisão de João Vicente, seu filho, na época com 16 anos, e os frequentes constrangimentos enfrentados por Maria Thereza - narrados por Ferreira (2011) e William (2019) - sugerem o ambiente de hostilidade que cercava a família. Mais do que repressões pontuais, tratava-se de uma estratégia contínua de intimidação voltada à neutralização de qualquer possibilidade de reorganização política por parte de Goulart.

Essa vigilância permanente refletia-se na intensificação da produção de relatórios por parte do *SNI* e do *CIEx*, especialmente diante dos rumores de que o ex-presidente buscava retornar ao Brasil, como destaca Moniz Bandeira (2001). Ainda que a ditadura uruguaia não tenha decretado sua expulsão formal, Ferreira (2011) observa que os constrangimentos tornaram sua permanência insustentável. Diante da escalada da insegurança, Goulart aceitou o convite de Juan Domingo Perón, que lhe ofereceu asilo político. Como enfatiza Dahás (2021), essa mudança, ocorrida ainda em 1973, foi motivada pela necessidade de garantir proteção frente ao avanço das práticas repressivas transnacionais.

Intitulado *Presença na Argentina de João Goulart* (DFAN,V8,74066253), o informe produzido pelo SNI em 23 de dezembro de 1973 detalha a rotina e as atividades de Goulart em seu novo local de residência, marcando o início do que Denise Rollemberg (1999) caracteriza como um “exílio dentro do exílio”. De acordo com o informe, Goulart chegou à Buenos Aires em 14 de dezembro de 1973, vindo de Caracas, onde permaneceu por três dias e se reuniu com o presidente eleito da Venezuela. Ao desembarcar na capital argentina, foi recebido com deferência: hospedou-se no Hotel Plaza e teve sua bagagem isenta de inspeção aduaneira. Na pista, era aguardado por aliados próximos, como Ivo Magalhães e Mintegui, o que evidencia o prestígio político ainda mantido por Goulart no exílio.

O relatório destaca também o interesse do ex-presidente em estabelecer-se de forma permanente na Argentina, demonstrado pela busca por propriedades rurais. No entanto, o informe registra sua recusa em receber três brasileiros considerados “subversivos” pelo regime militar, interpretada como um gesto estratégico para evitar atritos com o governo de Juan Domingo Perón, que lhe concedera asilo. Por fim, a documentação aponta que uma chamada telefônica da presidência argentina à embaixada brasileira em Buenos Aires sugeria a articulação de um encontro entre Goulart e uma autoridade de alto escalão do país, reforçando o potencial político que ainda lhe era atribuído.

Por fim, destaca-se um informe produzido pelo *CIE*, datado de dezembro de 1973 e intitulado *João Goulart - Ex-Presidente do Brasil*. O documento concentra-se no monitoramento das movimentações mais recentes do exilado, relatando sua permanência na França para tratamento no Instituto de Cardiologia de Lyon, seguida de uma breve estadia na Venezuela. Embora mencione o Uruguai como sua residência desde 1964, o informe já registra que Goulart havia se transferido para a Argentina naquele momento, beneficiado pelo asilo político concedido por Perón. Essa mudança, ocorrida em um contexto de crescente articulação repressiva no Cone Sul, acentuava as preocupações dos órgãos de inteligência brasileiros quanto à sua atuação política.

Adicionalmente, o relatório traça um perfil do ex-presidente que vai além de suas condições médicas - como a crise cardíaca em 1964 e a retirada da vesícula em 1968 - para enfatizar sua relevância política. Apresentado como “herdeiro espiritual” do nacionalismo populista de Getúlio Vargas e figura central no campo oposicionista, Goulart é descrito como alguém que, mesmo após quase uma década de exílio, ainda despertava receios no aparato de segurança do Estado. O acompanhamento sistemático de suas atividades, deslocamentos e interlocuções demonstrava o receio de que ele voltasse a exercer influência sobre os setores contrários à ordem autoritária então vigente no Brasil.

Considerações finais

Este artigo buscou investigar a vigilância empreendida contra o ex-presidente João Goulart durante seu exílio no Uruguai, ao ressaltar como essa prática se inseria em uma lógica repressiva transnacional articulada pelas ditaduras militares do Cone Sul. A análise documental demonstrou que o monitoramento realizado pelos órgãos de informação brasileiros não se limitava a aspectos políticos ou estratégicos. Ao contrário, abrangia

informações sobre saúde, deslocamentos, visitas recebidas e até especulações sobre alianças econômicas e projetos futuros. Deste modo, a figura de Goulart era constantemente atualizada nos relatórios, o que revela o esforço contínuo em mantê-lo sob controle mesmo após sua deposição, reconhecendo nele um potencial de mobilização política que ainda preocupava os governantes da época.

A atuação das agências de inteligência, sustentada pelo ideário da Doutrina de Segurança Nacional, operava a partir da construção de um inimigo interno e externo, ampliando as fronteiras da repressão para além dos limites territoriais. O exílio, nesse contexto, não representou um mecanismo de exclusão política, mas um redimensionamento do campo de vigilância e repressão. Jango, mesmo fora do Brasil, continuou a ser alvo de uma série de episódios de controle que revelam a sofisticação e a capilaridade do aparato repressivo construído pelas ditaduras militares sul-americanas. Por sua vez, o temor de que ele articulasse novas frentes políticas, como ocorrera no caso da Frente Ampla, impulsionava o intercâmbio de informações entre os países do Cone Sul, consolidando uma rede regional de colaboração repressiva.

As fontes brevemente analisadas neste artigo apontam, portanto, para a consolidação de uma cultura política autoritária, que naturalizou o compartilhamento de dados sigilosos e o cerceamento de liberdades como instrumentos legítimos de manutenção da ordem. Conforme observado por Motta (2013), essa cultura política se caracterizava pela legitimação de práticas de exceção sob o pretexto da segurança nacional, o que permitia às ditaduras manterem seus opositores sob constante observação e neutralizar possíveis ameaças com respaldo institucional. A vigilância a Goulart revela, assim, como a repressão política era sistematizada e articulada entre diferentes governos, reforçando as conexões entre Estado e as ideologias oriundas do período da Guerra Fria.

Ao lançar luz sobre o monitoramento transnacional, este estudo contribui para o entendimento das dinâmicas de poder que estruturaram o funcionamento das ditaduras militares no Cone Sul. A análise aqui proposta denuncia como o exílio político, longe de representar um espaço de liberdade, tornou-se mais um território dominado pelas lógicas de repressão e silenciamento. Tendo em vista o exposto, defende-se que compreender esse processo é fundamental para desvendar as estratégias de legitimação utilizadas por esses regimes e para aprofundar o debate sobre as heranças autoritárias que ainda marcam a história política latino-americana contemporânea.

Vale ressaltar, por fim, que este artigo é resultado da adaptação do meu trabalho de conclusão de curso e, portanto, representa uma etapa inicial de uma pesquisa em desenvolvimento. Há ainda vasto espaço para aprofundamentos, especialmente no que se refere ao cruzamento de fontes documentais com testemunhos e à análise minuciosa da articulação repressiva entre os diferentes órgãos de inteligência do Cone Sul. Ainda assim, acredita-se que os elementos aqui apresentados oferecem importantes contribuições científicas para o campo da História Política e dos estudos sobre repressão e exílio.

Fontes

Fundo do Centro de Informações do Exterior
DFANBSB, VAZ, 18682. DFANBSB VAZ 14497.

Fundo do Serviço Nacional de Informações
DFANBSB V8 MICGNC AAA 71027012. DFANBSB V8 AAA 74066253

Referências

AGEE, Philip. *Dentro da "Companhia": diário da CIA*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

ALDRIGHI, Clara. *Conversaciones reservadas entre políticos uruguayos y diplomáticos estadounidenses*. Montevideo: Banda Oriental, 2012a.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: entre a teoria e a prática. Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BAUER, Caroline Silveira. As Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul e o conceito de "fronteiras ideológicas". In: GUAZZELLI, Cesar et al. (org.). *Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009, p. 49-69.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *El Uruguay de la dictadura (1973-1985)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2004.

CARDOSO, Célia Costa. Governo Castelo Branco, Contragolpe e Frente Ampla nas Memórias de Militares e Civis (Brasil: 1964-68). *PERSEU: história, memória e política*, Brasília, v. 8, p. 71-88, 2014b. Edição especial.

CASSOL, Gissele. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)*. 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008.

DAHÁS, Nashla. João Goulart e as imagens de um personagem em exílio. In: GASPARETTO JÚNIOR, Antonio; SILVA, Francisco Bento da (orgs.). *Sanções e coações políticas no Brasil. Degredos, Desterros, Exílios e deportações*. Londrina: Thoth Editora, 2021. p. 235-256.

DAHÁS, Nashla. O comício da Central: trabalhismo e luta política através da imprensa no Brasil (1961-1964). 2010. 181 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DELGADO, Márcio de Paiva de. *A Frente Ampla de oposição ao Regime Militar (1966-1968)*. 2013. 307 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. 2009. 237f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERNANDES, Ananda Simões. *Burocratas da dor: as conexões repressivas entre os órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2020. 373 p.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Rafael Nascimento. *As relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai durante o Estado Novo (1937-1945): aproximação, vigilância e consolidação*. 2021. 474 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-

Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

MARTÍNEZ, Virginia. *Tiempos de dictadura: hechos, voces, documentos*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2013.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 6-38, jul./dez. 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Autoritarismo e cultura política. In: ABREU, Luciano Aronne de (Org.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013, p. 9-32.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): Terror de Estado e Segurança Nacional. In: GUAZZELI, César Augusto Barcellos; WASSERMAN, Claudia (Orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004, p. 27-44.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2005. 696 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. 2005. 343 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Participação política nos discursos oposicionistas a Getúlio Vargas (Brasil) e Gabriel Terra (Uruguai) – 1930/1942*. 2007. 332 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. 2013. 346 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VARELA, Gonzalo. *De la República liberal al estado militar: crisis política en Uruguay, 1968-1973*. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1988. 162 p.